

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: INTERFERÊNCIAS NO CURRÍCULO, NA PRÁTICA DOCENTE E NA GESTÃO ESCOLAR

ÉVELIN RUTZ¹; MARIA ELOÍSA DA SILVA²; ELIMARA CASAGRANDA³; SIMONE
GONÇALVES DA SILVA⁴; NADIANE FELDKERCHER⁵; ÁLVARO MOREIRA
HYPOLITO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas-UFPEL – evelinrutz2011@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – eloisasilva40@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas- UFPEL- eli-casagranda@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas- UFPEL – simonegonsilva@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas- UFPEL – nadianef@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas- UFPEL – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre as parcerias público-privadas no estado do Rio Grande do Sul e suas interferências no currículo, na prática docente e na gestão escolar, faz parte do CEPE¹ - Centro de Estudos em Políticas Educativas: gestão, currículo e trabalho docente da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. O objetivo deste trabalho foi identificar quais parcerias público-privadas foram atuantes nas redes municipais e estaduais de ensino do estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2013 e 2014 e acabaram por interferir no currículo, na prática docente e na própria gestão escolar.

As parcerias desenvolvem projetos e programas voltados à melhoria da qualidade de ensino, a gestão e ao desempenho das competências de aprendizagem dos alunos. O crescimento destas surge a partir da ideia de que a crise está no Estado, o que certamente potencializa essa relação entre o público-privado, no sentido que a materialização desta relação causa mudanças na gestão pública, tendo como parâmetro as ações do mercado, principalmente com o argumento de melhoria da qualidade do público. Com isso, as mudanças no papel do Estado acabam por redefinir as fronteiras entre o público e o privado principalmente através do público não estatal e da gestão gerencial-empresarial, proposta pelas parcerias.

Assim sendo as parcerias público-privadas que adentram as escolas com propostas voltadas a qualidade e eficiência imprimem um controle e uma regulação sobre o currículo, à prática docente e interferem significativamente na autonomia pedagógica dos professores “colaborando para efeitos reguladores muito significativos para o trabalho docente, para o currículo e a própria gestão escolar” (HYPOLITO; VIEIRA; LEITE, 2012, p. 2), uma vez que trabalham a subjetividade dos professores, tornando-os performativos (BALL, 2014), empreendedores de um currículo, na maioria das vezes prescritivo e que busca somente, resultados quantitativos para a educação.

As parcerias público-privadas, além de estabelecer o controle sobre o trabalho das escolas, focam na venda de soluções educacionais que, em sua maioria, são ineficazes aos problemas enfrentados pelas escolas, os quais dizem respeito às aprendizagens e a própria infraestrutura nem sempre adequada para o desenvolvimento de ações pedagógicas.

¹ Maiores informações disponíveis em:< <http://wp.ufpel.edu.br/cepe/>>.

As parcerias privadas apresentam os chamados “pacotes educacionais” que compõem um conjunto de soluções eficazes para a melhoria da qualidade de ensino, portanto, desconsideram as diversidades e acabam por fortalecer as desigualdades.

2. METODOLOGIA

O método utilizado foi de “mapeamento de rede, baseado numa técnica simples de coleta de dados, identificando as capacidades dos atores em termos de oferta, relacionamentos, promoção, publicidade, e assim por diante” (BALL, 2014, p. 81). Nesta pesquisa, a questão da oferta de projetos e programas e suas principais características que interferem no currículo, na prática docente e gestão escolar, é o que fundamentalmente consideramos.

Para isso, primeiramente, realizamos uma pesquisa nos *sites* das prefeituras municipais do estado do Rio Grande do Sul, que fazem parte das 27 regionais da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, referentes aos anos de 2013 e 2014, buscando informações sobre as principais parcerias público-privadas que, efetivamente, estiveram atuando nas escolas das redes municipais de ensino.

Uma vez identificadas essas principais parcerias (identificamos um total de 06 empresas), pesquisamos nos *sites* dessas informações sobre a oferta de projetos e programas, os objetivos, o público alvo (alunos, professores, escolas), os municípios atendidos, entre outros. A seguir, apresentamos alguns dados e análises desse estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 4 empresas presentes na modalidade de parcerias público-privadas mais atuantes no estado do Rio Grande do Sul, nas redes municipais e estaduais de educação são: Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Sicredi e FIERGS.

Com relação ao currículo, os projetos desenvolvidos pelo **Instituto Ayrton Senna**² (Acelera Brasil/Se Liga) que têm como principal objetivo a “melhoria da correção de fluxo no ensino fundamental” e o “combate ao analfabetismo”, atenderam 2.259 alunos do 2º ao 7º ano, em 184 escolas municipais, em 103 municípios do Rio Grande do Sul.

Nas interferências às práticas docentes, o **Instituto Natura**³ (Projeto Trilhas) elaborou um material composto por um caderno do professor, jogos educativos, cartelas de atividades, além de títulos literários, com o objetivo de instrumentalizar e apoiar o trabalho docente no campo da leitura, escrita e oralidade, para crianças do primeiro ano do ensino fundamental de 2.974 escolas municipais em todos os municípios do Rio Grande do Sul. Ainda, o mesmo Instituto (Projeto Plinks) atendeu 131 escolas, disponibilizando uma plataforma gratuita de jogos digitais e rede social para alunos do 4º ao 7º ano, para desenvolver habilidades e competências em Português e Matemática.

A empresa **Sicredi**, através do programa “União faz a vida”, oferece cursos de formação continuada aos professores das redes municipais de ensino, visando à qualificação das práticas pedagógicas. Participaram do programa 76.583 professores, em 98 municípios.

²Maiores informações disponíveis em: <www.institutoayrtonsenna.org.br>.

³Maiores informações disponíveis em: <www.institutonatura.org.br>.

Na gestão escolar, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - **FIERGS**⁴ prestou consultoria para uma educação de qualidade, em 41 municípios do RS, através da implantação de um programa que “apoia as escolas participantes a desenvolverem práticas pedagógicas e de gestão focadas na melhoria da qualidade da educação, com o objetivo de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, índices de aprendizagem, de aprovação, de permanência nas escolas e na adequação idade/série.”

As políticas educacionais vêm sofrendo inúmeros processos regulatórios que acabam por interferir no currículo, nas práticas docentes e na própria gestão escolar. Responsável por essas interferências, as parcerias público-privadas trazem em seus pacotes educacionais, objetivos bem claros de qualidade e eficiência para o ensino público, através de promessas de melhorias das aprendizagens dos alunos demonstradas pelo IDEB, formação de professores que visa o treinamento e capacitação técnica às práticas pedagógicas, bem como a aplicação de ferramentas de gestão que visam resultados para a educação.

As prescrições trazidas por essas empresas, para dentro das escolas são visíveis e preocupantes, quando não levam em consideração o currículo desenvolvido, as práticas já estabelecidas pelos professores e uma gestão compartilhada da escola, através da diversidade de opiniões da comunidade escolar. Percebemos que, os discursos, sempre de resultados, presentes nessas propostas, ainda condicionam o professor e a própria gestão a “um modo de ser na contemporaneidade” (HYPOLITO; VIEIRA; LEITE, 2012, p. 11), marcados pela qualidade na eficácia e eficiência do ensino, questões que precisam ser amplamente discutidas e repensadas.

4. CONCLUSÕES

Assim sendo as parcerias público-privadas interferem no currículo, na prática docente e na gestão escolar, “vendendo” pacotes educacionais com soluções para educação, proporcionando promessas de melhorias de aprendizagens, formação de professores e capacitação técnica. A interferência das parcerias público-privadas acabam por fortalecer as desigualdades e desconsideram as diversidades. Portanto estas acabam por redefinir o papel do Estado, permitindo um público não estatal, de gestão gerencial-empresarial, proposto pelas parcerias.

5. REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2014.

HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**, v. 8, n. 2, p. 1-16, 2012.

⁴Maiores informações disponíveis em: <www.fiergs.org.br>.